

Reflexões histórico-filosóficas sobre a diversidade cultural e o ensino

ROBERT HENRIQUE GONÇALVES¹, REGINA APARECIDA BERARDI OSORIO²

¹ Graduando em Licenciatura em Matemática, IFSP, Câmpus Caraguatatuba, robert.hgs@hotmail.com

² Docente do Curso de Licenciatura em Matemática, IFSP, Câmpus Caraguatatuba, regina.osorio@ifsp.edu.br

Área de conhecimento (Tabela CNPq): Sociologia da Educação - 7.08.01.03-7

RESUMO: Este trabalho foi concebido entendendo a importância em se refletir sobre a diversidade cultural no contexto da educação brasileira uma vez que a abordagem deste tema se encontra presente em diversos documentos oficiais que regulam o ensino no país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dentre seus princípios, cita a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (BRASIL 1996), a própria Constituição brasileira valoriza a cultura prevendo leis que incentivem a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. Dessa forma, e através de estudo bibliográfico, procuramos discutir e compreender o fenômeno cultural contemporâneo que permeia toda a sociedade e se reflete cotidianamente nas nossas salas de aula.

PALAVRAS-CHAVE: diversidade cultural, identidade, sociedade brasileira

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se que a diversidade cultural é um aspecto bastante evidente na sociedade brasileira, isto se dá pelas especificidades de seu processo de colonização e migração, e esta questão coloca a escola diante de um grande desafio: identificar as diversas diferenças culturais presentes na sociedade e trabalhar este tema de forma crítica e analítica tornando estas diferenças parte da identidade cultural da nossa sociedade e não uma curiosidade à parte de nossa realidade (OLIVEIRA, 2009).

ALGUMAS REFLEXÕES

Mas o que se entende por cultura? De um ponto de vista antropológico, para Cunha (2010), cultura são

[...]todas as formas coletivas e socialmente arbitrárias ou artificiais com que os homens respondem às suas necessidades naturais [...] a palavra cultura abrange as relações sociais e os modos de vida material e simbólico de uma sociedade, incluindo características e valores econômicos, técnicas, estruturas políticas, comportamentos ético-morais, crenças, formas educativas e criações artísticas. (p. 17)

Mesmo a cultura sendo considerada um princípio de aprendizado há ainda quem questione a importância da abordagem deste tema em salas de aula, por isso refletir sobre este assunto a luz da história e da filosofia da educação pode enriquecer o debate e ajudar professores e alunos a formar concepções sobre esta questão.

Muito se desenvolveu no âmbito da pedagogia sobre a finalidade da educação, John Dewey, um filósofo americano nascido no final do século XIX, já dizia que a verdadeira educação prosperava em favor da diversidade onde se pudessem encontrar pessoas e comportamentos dos mais variados, sendo o ambiente mais propício para isto um Estado cujo regime político fosse democrático (GHIRALDELLI, 2002, p. 40). Apesar deste ser um pensamento filosófico do início do século XX, esta reflexão ainda é muito atual pois as diversidades étnicas, religiosas, raciais, econômicas, geográficas ou sexuais coexistem e caracterizam a sociedade contemporânea haja vista que atualmente o termo diversidade é utilizado em defesa do respeito e tolerância às diferentes culturas que representam manifestações da existência humana (SILVA, 2000).

A discussão sobre o tema se tornou tão importante para a sociedade que chegou a extrapolar até os limites geopolíticos no mundo. Em 2002, a própria UNESCO divulgou, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”, a qual traz em seu primeiro e segundo artigos as seguintes definições:

Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza.

Artigo 2 – Da diversidade cultural ao pluralismo cultural

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública (UNESCO, 2002).

Educadores como Tomaz Tadeu da Silva, Antônio Flávio Moreira e Vera Candau defendem uma educação multicultural em que questões sobre características específicas, comportamentos e valores de diferentes comunidades, ou seja, aspectos da diversidade cultural estejam presentes nos currículos dos sistemas de educação (OLIVEIRA, 2009).

O volume 10 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicado em 1997, que trata da Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, reconhece que um dos grandes desafios da escola hoje é conceber o tema diversidade como parte do currículo nacional, uma vez que o tema se apresenta a todo momento no contexto escolar, este exige que a escola esteja preparada para ser um lugar de aprendizado de toda riqueza representada pela diversidade cultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro. Isto requer esforços para superação de qualquer tipo de discriminação, baseado na tolerância, no respeito, na cidadania e também uma valorização da trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Contudo, a cultura popular e a valorização de sua diversidade ou pluralidade ainda permanecem excluídas no meio acadêmico-escolar (SANTOS, 1999) entender o porquê desta exclusão exige a percepção de quais concepções sociopedagógicas fundamentam a posição dos educadores e alunos sobre este assunto.

De acordo com Freire (2013), valorizar a diversidade no âmbito da educação exige reconhecimento da própria identidade cultural que pode ser entendida como um:

[...] sistema de representação (elementos de simbolização e procedimentos de encenação desses elementos) das relações

entre os indivíduos e os grupos e entre estes e seu território de reprodução e produção, seu meio, seu espaço e seu tempo. No núcleo duro da identidade cultural – aquele que menos se desbasta através dos tempos, mesmo nas situações de distanciamento do território original –, aparecem a tradição oral (língua, língua sagrada, língua sagrada secreta, narrativas, canções), a religião (mitos e ritos coletivos, de que são exemplos as peregrinações ou a absorção de drogas sagradas) e comportamentos coletivos formalizados. Como extensões desse núcleo duro, surgem os ritos profanos (carnaval, manifestações folclóricas diversas), comportamentos informalmente ritualizados (ir à praia, frequentar espetáculos esportivos) e as diversas manifestações artísticas (COELHO, 1997, p. 200).

Sendo assim, assumir-se como ser histórico e social nos ajuda a reconhecer a influência destes aspectos sobre a própria forma de agir, pensar, construir ou viver. Enxergando-se sob esta perspectiva o educador torna-se capaz de reconhecer o valor das diferenças pois ele mesmo se torna algo diferente quando reconhece diferentes realidades coexistindo em sua própria sociedade (FREIRE, 2013 p. 41).

Quando assumimos a própria identidade cultural tornamos essa diversidade uma realidade presente em toda sociedade. Alguns podem ressaltar que estudar as diferenças culturais podem ajudar a categorizar e por ventura marginalizar comportamentos e pensamentos provenientes de culturas com menor representatividade no ambiente escolar, contudo, ao examinar nosso próprio comportamento individual, no ato da reflexão podemos perceber que as diferenças nos tornam semelhantes sob o aspecto da natureza humana, ou seja, é de nossa natureza sermos diferentes apesar do falso conforto que nos traz o pensamento de sermos iguais dentro de grupo social.

Entretanto, sob um contexto pedagógico, caso o professor não esteja fundamentado sob uma perspectiva progressista em que a reflexão tem um viés democrático e a relação entre professor e aluno é de troca de aprendizados e não de imposição de ideias, sua prática pedagógica pode acarretar em uma postura etnocentrista e, julgando sua cultura superior, poderá incentivar o desprezo aos costumes, valores e crenças distintas as suas, e desta forma sua prática irá contra todos os valores disseminados pela sociedade contemporânea com respeito a reverência à diversidade cultural e seus costumes, sua arte, religião e outras manifestações culturais.

Sobre esta perspectiva, Simon (2011) acredita que a inclusão de estudos sobre cultura no ambiente escolar tem a principal finalidade de “reafirmar e fortalecer o poder individual e social”, pois ele entende que a realidade contemporânea é marcada por imposições de valores de uma cultura dominante.

A concepção de que nossa sociedade vive um contexto de luta marcada pela opressão dos poderes dominantes da esfera política e econômica é aceita por vários pesquisadores.

Para Santos (1999),

[...]a ação específica da escola contribui diretamente para o reforço das características uniformes e uniformizantes da cultura dominante, e ao enfraquecimento correlativo dos princípios de diversificação das culturas populares (GRIGNON 1995, 180).

Carvalho (2014) afirma que, avaliando o histórico dos últimos cem anos a respeito de políticas culturais, o Brasil viveu momentos de ausência dessas políticas ou “autoritarismo” com respeito a elas, e o reflexo disso se vê presente na atitude da sociedade com respeito às manifestações culturais, julgando-as como um saber secundário frente aos conteúdos curriculares tradicionais.

Um fato histórico citado por Simon (2011) exemplifica como ocorre o autoritarismo ideológico característico de uma postura de Extrema Direita. No final da década de 80, o secretário de educação norte americano, William Bennett, promoveu uma ideologia que definia a escola como guardiã da “tradição ocidental” redefinindo o papel do professor e da escola frente à ameaça da diversidade e do relativismo perante a ordem e a civilidade.

Na realidade Bennett fez com que as escolas reproduzissem e legitimassem interesses das elites políticas e econômicas privilegiando o capital cultural da classe dominante. Como resultado desta política ideológica o livro mais vendido em 1988 nos Estados Unidos tinha o título “O estreitamento da mentalidade americana” escrito por Allam Bloom. Neste livro o autor atribui ao Rock, hoje um gênero musical apreciado no mundo todo, a causa da atrofia da inteligência juvenil e de um declive na moral americana devido ao seu forte apelo sexual.

Atualmente de uma forma generalizada comentários parecidos são disseminados com respeito ao Funk, abstendo-nos de fazer um juízo de valor quanto ao apelo sexual e a incitação à violência existente em várias letras musicais deste gênero, o fato é que uma letra musical se manifesta como um reflexo de uma realidade e não como a causadora

dela, sendo a causa normalmente ligada a questões sociológicas, e é importante perceber que, por retratar uma realidade existente, o Funk pode ser usado como um importante objeto de estudo e reflexão. Neste ponto, é importante retomar a definição supracitada de cultura, que apesar de abranger uma gama de significados, claramente caracteriza qualquer tipo de manifestação artística, incluindo o Funk, como parte da cultura popular de uma sociedade.

O Funk como gênero musical destaca duas características intrínsecas à cultura: sua diversidade e capacidade de retratar, seja qual for, a realidade de um grupo social. Entendendo que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 2013, p. 36), é parte do trabalho do professor quebrar paradigmas. Simon (2011) entende que não se pode suprimir aspectos da cultura popular que eventualmente julgemos como inapropriadas, pois questões como esta possibilitam um estímulo à formação de um ambiente de reflexão, pois este ambiente propicia uma difusão de ideias contribuindo dessa forma para uma formação crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, neste estudo, que diferenças e divergências culturais fazem parte do nosso passado e continuam presentes na sociedade contemporânea. Assim é importante entender que essas divergências constituem-se um processo de construção social, e que conceber uma práxis pedagógica que negue a expressão popular neste processo somente fortalece o domínio político-ideológico calando as vozes de setores marginalizados da sociedade e também limitando as possibilidades de problematização do contexto social em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei 9394/96*. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 10 Abr. 2018
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília (DF), 1997 v.10; il.
- CARVALHO, M. S. Relação Estado X Cultura: Em busca dos direitos culturais por meio das políticas Públicas de cultura. In: *V SEMINARIO INTERNACIONAL –*

- POLITICAS CULTURAI*S, 2014, Rio de Janeiro. Anais Setor de políticas culturais-Fundação casa de Rui Barbosa, 2014.
- COELHO, T. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- CUNHA, N. *Cultura e ação cultural*. São Paulo: Sesc SP, 2010.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.
- GHIRALDELLI, J. P. *O que é filosofia da educação?* 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- OLIVEIRA, A. L. R. M.. Estudos culturais e a questão da diferença na educação. *Revista educação em questão*. Natal, v. 34, n. 20, p. 33-62, jan./abr. 2009
- SANTOS, C. A. *Formação de Professores para a Diversidade Cultural: realidade ou utopia?* 1999 (Monografia) Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SILVA, Tomaz T. *Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
- SIMON, R.; GIROUX, H. A. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, F. M.; SILVA, T. T. (Orgs). *Currículo cultura e sociedade*. São Paulo:Cortez, 2011.